

30 Anos do GEPEM e Onde Esteve a Geografia da UFPA?

30 Años del GEPEM y ¿Dónde Quedó la Geografía de la UFPA?

30 Years of GEPEM and Where has UFPA Geography Been?

Aline Lima Pinheiro Machado

Magaly Caldas Barros

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

Resumo: O artigo analisa a relação entre a Geografia e os estudos de gênero na Universidade Federal do Pará (UFPA), destacando a ausência histórica de interseções entre essa ciência e as pautas feministas, apresentadas pelo Grupo de Estudos Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM). Criado em 1994, o GEPEM promove discussões sobre direitos das mulheres e diversidade na Amazônia. No entanto, em 70 anos de Geografia na UFPA, a aproximação com questões de gênero foi limitada, sendo recentemente incentivada com a formação do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia (GT GGEAMA), em 2022. A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de registros históricos. O estudo de Maria Luzia Miranda Álvares, “Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses”, documenta o desenvolvimento dos estudos feministas no Pará e a resistência em introduzir essa pauta na Geografia. O artigo organiza-se em três seções: a primeira explora o papel do GEPEM; a segunda analisa lacunas e desafios históricos; e a terceira discute a importância das memórias para uma Geografia de gênero. Conclui-se que a ausência da Geografia nos debates de gênero foi uma lacuna importante, mas o diálogo promovido pelo GEPEM e o GT GGEAMA sinaliza uma mudança necessária, promovendo uma ciência geográfica mais inclusiva e alinhada à diversidade na Amazônia.

Palavras Chave: Gênero. Amazônia Paraense. Humanidades. Mulheres.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la Geografía y los estudios de género en la Universidad Federal de Pará (UFPA), destacando la ausencia histórica de intersecciones entre esta ciencia y las agendas feministas, abordadas por el Grupo de Estudios Eneida de Moraes sobre Mujer y Relaciones de Género (GEPEM). Creado en 1994, el GEPEM promueve discusiones sobre los derechos de las mujeres y la diversidad en la Amazonía. Sin embargo, en 70 años de Geografía en la UFPA, el acercamiento a las cuestiones de género ha sido limitado, siendo incentivado recientemente con la formación del Grupo de Trabajo Geografía y Género de la Amazonía (GT GGEAMA) en 2022. La investigación utiliza una metodología cualitativa, con revisión bibliográfica y análisis de registros históricos. El estudio de Maria Luzia Miranda Álvares, “*Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses*” (Historias, Saberes y Práticas: Estudios sobre Mujeres entre las Paraenses), documenta el desarrollo de los estudios feministas en Pará y la resistencia a introducir esta agenda en la Geografía. El artículo se organiza en tres secciones: la primera explora el papel del GEPEM; la segunda analiza brechas y desafíos históricos; y la tercera discute la importancia de las memorias para una Geografía de género. Se concluye que la ausencia de la Geografía en los debates de género fue una brecha importante, pero el diálogo promovido por el GEPEM y el GT GGEAMA señala un cambio necesario, promoviendo una ciencia geográfica más inclusiva y alineada con la diversidad en la Amazonía.

Palabras Claves: Género. Amazonas Pará. Humanidades. Mujer.

Abstract: This article analyzes the relationship between Geography and gender studies at the Federal University of Pará (UFPA), reflecting on the lack of intersections between this science and feminist issues, widely addressed by the Eneida de Moraes Study Group on Women and Gender Relations (GEPEM). Established in 1994, GEPEM promotes discussions on women's rights and diversity in the Amazon. However, over 70 years of Geography at UFPA, engagement with gender issues has been limited, only recently encouraged by the creation of the Working Group on Geography and Gender in the Amazon (GT GGEAMA) in 2022. The research employs a qualitative methodology, including bibliographic review and analysis of historical records. The study by Maria Luzia Miranda Álvares, “*Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses*” (Histories, Knowledge, and Practices: Studies on Women among the People of Pará), documents the development of feminist studies in Pará and the resistance to incorporating this agenda into Geography. The article is organized into three sections: the first explores the role of GEPEM; the second analyzes historical gaps and challenges; and the third discusses the importance of memory for a gender-focused Geography. It concludes that the absence of Geography in gender debates was a significant gap, but the dialogue fostered by GEPEM and GT GGEAMA signals a necessary shift, promoting a more inclusive and diversity-aligned geographical science in the Amazon.

Keywords: Gender. Amazon of Pará. Humanities. Women.

Aline Lima Pinheiro Machado – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA/IFCH. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, na área de Organização e Gestão do Território pela Linha de pesquisa Dinâmicas socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia. E-mail: pinheiro.algeo30@gmail.com

Magaly Caldas Barros – Graduada (2018) e Mestre (2021) em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Pesquisadora, desde 2011, do Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo (GGOTUR). E-mail: magalycaldas@gmail.com

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães – Pós-Doutora em Educação e Formação (Université de Tours- França, 2024). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO-UFPA (2024-2026). E-mail: alcidema@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto a partir de um momento que nos motivou a desenvolver este artigo. Como geógrafas e integrantes do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Universidade Federal do Pará (UFPA), buscamos, por meio de uma das maiores referências no debate de gênero e sexualidades desta universidade, o Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” (GPEM), alguma memória que pudesse revelar ou reencontrar uma Geografia vinculada a esse tema. Ao contactarmos, em 2024, a Professora Maria Luzia Álvares (GPEM), nos deparamos novamente com a ausência da Geografia em um grupo tão importante para a universidade. “Acho que esse curso tem necessidade de incluir em seus estudos um item sobre a situação de mulheres e gênero”, afirmou a Professora Maria Luzia em diálogo neste ano de 2024.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GPEM), criado em 1994, completa três décadas de atuação, desempenhando um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres, equidade de gênero e questões feministas na Amazônia. A partir da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Belém, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), junto às Faculdades e Pós-graduações de Ciências Sociais, Filosofia, História e Psicologia vinculados ao IFCH, com exceção da Geografia.

Neste artigo, propomos analisar, junto à trajetória do GPEM, como a Geografia da UFPA, enquanto ciência desenvolvida institucionalmente no IFCH, tem se relacionado com as pautas levantadas pelo GPEM ao longo de sua existência, partindo da inquietude provocada pela aproximada inexistência da Geografia na história do grupo, bem como da ausência do debate de gênero, sexualidade e diversidades na própria Geografia da UFPA Campus Belém. Toma-se, com este mote, um caminho para pensar e discutir as lacunas identificadas, os movimentos insurgentes e velados que compreendem o tema de gênero e interseccionalidades na ciência geográfica posto os 30 anos de existência do GPEM e os 70 anos do curso de Geografia da UFPA.

Segundo relato da Professora Maria Luzia Álvares, uma das fundadoras do GPEM, os movimentos de pesquisa e estudos sobre mulher e gênero no Pará ocorreram “sem estar integrados a um projeto feminista, mas em torno de demandas relacionadas ao tema mulher, envolvendo algumas pesquisadoras de áreas diversas, na década de 1970” (ÁLVARES, 2010, p. 105). Como se observa nesse importante registro, a história de materialização do GPEM se institucionaliza no IFCH, fundado em 1954 como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém (UFPA, 2019). Nessa mesma trajetória, o curso de Geografia se desenvolve a partir de 1955, inicialmente vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém. Posteriormente, o curso foi integrado ao Núcleo de Geociências e, em seguida, ao então Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que se tornaria Instituto em 1977 (UFPA, 2019).

Conforme a revisão bibliográfica realizada para esta discussão, a temática de gênero, sexualidade e interseccionalidades na Geografia da UFPA (Campus Belém) esteve ausente até a criação, em 2022, do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia (GT GGEAMA), vinculado à Faculdade de Geografia e Cartografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da mesma instituição. Considerando a importância de captar as memórias na oralidade e suprir lacunas bibliográficas, percebe-se a falta de registros detalhados e acessíveis sobre a trajetória do curso de Geografia da UFPA ao longo de seus 70 anos. Essa ausência reforça a provocação que orienta este artigo: em 30 Anos do GPEM, onde esteve a Geografia da UFPA?

Esta pesquisa de caráter qualitativo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sobre a atuação do GEPEM, especialmente por meio do importante registro de Maria Luzia, intitulado “Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses” (ÁLVARES, 2010), onde se situa a história de existência do GEPEM, junto aos movimentos que trazem as pautas feministas e de gênero no Pará. É deste registro que se impulsiona a busca por vestígios de uma Geografia Paraense à luz de apontamentos de temas envolvidos nas diversidades sociais. Assim, a revisão enfoca nos principais movimentos acadêmicos do Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" ao longo de sua trajetória, além de considerar a literatura geográfica sobre gênero, corpo e território, buscando esclarecer como (e se) essas discussões foram incorporadas às pautas do grupo.

A metodologia desenvolvida inclui ainda uma apresentação dialógica de alguns relatos levantados a partir das autoras deste artigo à soma desta busca e ponto de partida para compreendermos a lacuna existente na Geografia, bem como contatos pontuais vinculados ao GEPEM. Este percurso metodológico nos possibilita ligar este levantamento aos movimentos atuais da Geografia Paraense na UFPA, assim como geógrafas e geógrafos que participaram de debates sobre gênero nesse contexto.

Este artigo organiza-se em quatro seções principais, cada uma orientada para aprofundar o diálogo entre a Geografia e os estudos de gênero na Amazônia, referenciando a história do GEPEM. Inicialmente, em “GEPEM 30 anos e sua relevância para as Humanidades na UFPA”, apresentamos a trajetória histórica do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM), destacando suas contribuições para a expansão dos debates sobre gênero no campo das humanidades na Universidade Federal do Pará. Em seguida, “Geografia e Gênero na Amazônia: onde esteve e como está?” reflete sobre as ausências e desafios enfrentados pela Geografia no tratamento de questões de gênero na região amazônica, a partir de lacunas históricas e seus impactos na produção de conhecimento. Na terceira seção, “Entre encontros se faz a dúvida e a descoberta”, consideramos a importância das experiências e das memórias na formação de uma Geografia de gênero na UFPA. Por fim, as considerações finais sintetizam as discussões e propõe caminhos futuros para fortalecer o campo de estudos de gênero na Geografia amazônica.

1. GEPEM 30 Anos e sua Importância para as Humanidades e para a Geografia da UFPA

Ao longo de seus 30 anos de existência, o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM) consolidou-se como uma referência para o desenvolvimento dos estudos de gênero e feminismo na Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua atuação estende-se por várias áreas das humanidades, promovendo debates e pesquisas que abrangem questões sociais, culturais, históricas e políticas, com um olhar interseccional sobre gênero e diversidade na Amazônia.

O impacto do GEPEM não se limita à produção acadêmica: ele tem sido um espaço de formação para pesquisadoras e pesquisadores, situando-se enquanto referência para a reflexão crítica e construção de saberes. O grupo vem fomentando o diálogo entre a academia e os movimentos sociais, através das questões presentes no mesmo, contribuindo com pautas relevantes para a Amazônia. Em seu trigésimo aniversário, o grupo reafirma sua importância como um pilar nas humanidades da UFPA, impulsionando o compromisso com a igualdade e a justiça social.

As lutas das sufragistas paraenses, lideradas por figuras como Orminda Ribeiro Bastos¹ e Elmira Ribeiro Lima², formaram as primeiras bases de um movimento feminista no Pará, onde mulheres com formação acadêmica, mas fora dos círculos acadêmicos, defenderam publicamente a igualdade política feminina. Esse ativismo inicial é um precursor do trabalho desenvolvido pelo GEPEM, que herdou o compromisso de dar visibilidade e respaldo intelectual à luta por justiça e direitos das mulheres na região.

O GEPEM atualiza e expande essas pautas, agora com um alcance acadêmico e social ampliado, promovendo estudos, debates e engajamento interseccional em um espaço de formação que conecta a universidade e movimentos sociais. Com isso, o grupo reafirma, na contemporaneidade, a relevância histórica e cultural das primeiras militâncias feministas, contribuindo para uma tradição de resistência e transformação social na Amazônia.

Segundo Álvares (2010, p. 2), nos anos de 1980, começa-se a aprofundar estudos sobre a mulher ao nível de pós-graduação neste contexto regional com aproximação aos movimentos de mulheres. Destacam-se o MOPROM (Movimento de Promoção da Mulher) e o MMCC (Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade), além da UMB (União de Mulheres de Belém), que anteriormente era o CEDEPAM (Centro de Estudos, Debates e Participação da Mulher) e a Federação de Mulheres, ligada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como movimentos que fortaleceram a luta contra o regime militar.

Álvares (2010) pontua que, em 1985, a antropóloga Jane Felipe Beltrão organizou o Seminário sobre a Mulher na Região Norte-Brasil, promovendo a divulgação de pesquisas sobre o tema, repetido em 1986. Nos anos de 1990, as pesquisas sobre a mulher se intensificam no Pará, mas o uso da teoria de gênero feminista ainda não se consolida na região, ao contrário do Sul e Sudeste. Em 1992, a participação de pesquisadoras paraenses no I Encontro de Pesquisadoras sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, em Salvador, estimula a introdução da teoria de gênero na UFPA, com influências do texto clássico de Joan Scott. Em 1994, a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre a Mulher e Relações de Gênero (GEPEM) na UFPA, liderado pela professora Luzia Álvares, marca a institucionalização desses estudos, atraindo pesquisadoras de várias áreas e colaborando para um entendimento interdisciplinar do tema na perspectiva feminista e outras.

É possível compreender que esses movimentos detalhados por Álvares (2010) explicam uma organização impulsionada por um ciclo de retroalimentação das pautas emergentes, conectadas ao movimento político, feminista e democrático das décadas de 1970 a 1990. Ao acessarmos a história do GEPEM, como apresenta Álvares (2010), e sem a possibilidade aqui de um aprofundamento

¹Segundo Álvares (2006, p. 15), Orminda foi “jornalista, professora de grego no Colégio Paes de Carvalho, militante espírita e advogada, atuante no Fórum de Belém. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1925, fez parte da equipe dos advogados do jurista Evaristo de Moraes. Engaja-se ao movimento nacional, sendo uma das fundadoras da União Universitária Feminina, em 1929, associação considerada “filha direta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. Tornou-se assessora jurídica dessa associação, cuja Presidente era Bertha Lutz. A atuação sufragista de Orminda Bastos, no Pará, até 1925, manteve-se diretamente ligada ao jornalismo, tribuna efetiva do feminismo e do anti-feminismo locais; e às conferências que realizava para debater o assunto”.

² Em Rodrigues (2022, p.1), identifica-se que Elmira Ribeiro Lima foi reconhecida em 1930 como uma das mais destacadas representantes da cultura feminina na Amazônia, graças à sua carreira consolidada como poetisa, defensora do espiritismo e participante ativa na política. Entre 1912 e 1937, sua atuação foi frequentemente noticiada nos jornais de Belém, abrangendo diversas áreas: contribuiu com obras literárias, integrou grupos feministas, participou de associações filantrópicas e promoveu a Doutrina Espírita.

nos detalhes e resultados que compõem essa trajetória, é possível situar que a significativa importância do grupo é marcada pela conjuntura histórico-política de cada período. Além de ser um processo acumulativo e contínuo, trata-se de momentos que perpassam não apenas pela totalidade, mas, como pontua Silva (1998, p. 105), por uma “apreensão da realidade que se modifica constantemente e, para reconhecê-la, precisamos fazer recortes”.

Retomando o registro de Álvares (2010) e avançando para o fechamento desta seção, destaca-se que, em meio aos primeiros movimentos institucionais de pesquisa sobre gênero e feminismo na UFPA, foram defendidas duas dissertações de mestrado na Universidade de Brasília (UnB) que marcaram o início dessa trajetória: em 1977, a antropóloga Maria Angélica Mota Maués apresentou “Trabalhadeiras e Camarados: um estudo do *status* das mulheres numa comunidade de pescadores”; e, em 1979, a antropóloga Jane Felipe Beltrão defendeu “Mulheres da Castanha: um estudo sobre trabalho e corpo”. Denota-se, a exemplo destas pesquisas iniciais em consonância com os encontros promovidos pelo GEPEM, como o grupo vem promovendo o debate e, com isso, a estruturação de linhas de abordagem, de modo a integrar as múltiplas dimensões e interdisciplinaridades presentes no grupo.

Entre os diversos vieses de problematização que impulsionam este escrito, destaca-se, neste percurso narrado pela Professora Maria Luzia Álvares (2010), o relato de Jane Felipe Beltrão (1979) sobre a elaboração de sua dissertação, em meio às lacunas teóricas então existentes. Durante esse processo, Jane Beltrão contou com o apoio de várias mulheres, dentre as quais menciona o nome da Professora Albertina Oliveira, que, para esta pesquisa, ilumina a importância das geógrafas na história da Geografia paraense. Sendo também o primeiro contato de nós, autoras, com o nome de uma docente da Geografia atuando desde a década de 1970, questionamo-nos: quem foi essa professora ainda desconhecida para algumas gerações de geógrafas/os paraenses?

Em meio à discussão incentivada por Albertina Oliveira, do Departamento de Geografia, e por Ana Rita Pereira Alves, de História e Antropologia, que trabalhavam com a Prof.^a Maria Helena Bentes, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPA, estas colegas me incentivaram a fazer uma proposta de trabalho a ser apresentada à UFPA e ao CNPq, relativo a um seminário sobre a mulher. E qual não foi a minha surpresa quando vi a proposta aprovada como projeto de pesquisa financiada pelas duas instituições. (ÁLVARES, 2010, p. 6)

Albertina Fortuna de Oliveira, a professora do então Departamento de Geografia e também do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), mencionada por Jane Beltrão, assim como outros nomes de docentes da Geografia em seus 70 anos de história, ainda faz parte de registros que, em certa medida, são restritos e não possuem fácil acesso aberto. Fato este que se justifica pela necessidade de uma busca e o levantamento mais específico do quadro docente completo destes 70 anos e ainda em andamento, aguardando a conclusão de processos solicitados para a apuração institucional.

No entanto, ao considerar a importância de compreender a história de um curso que atualmente integra um instituto fundamental às humanidades na Amazônia, o IFCH, refletimos sobre o apagamento de uma trajetória que revela processos significativos para entender imbróglis que traduzem, principalmente, que apenas em 2022 se materializou na Geografia da UFPA (Campus Belém) um olhar voltado para o gênero enquanto abordagem e ação. Isso se estende também ao fato da não participação dessa Geografia em toda a existência do GEPEM.

Valendo-se da colocação da geógrafa Maria Encarnação Beltrão Spósito: “a história das mulheres cientistas vem sendo contada aos pingos, como um conta-gotas cujo orifício se amplia conforme a importância delas e das lutas empreendidas para alcançar uma equidade de gênero” (SPÓSITO, 2024, p. 17), ressaltamos a necessidade de visibilizar e valorizar as contribuições das mulheres na ciência. Na Geografia paraense, na Geografia da UFPA (Campus Belém), ainda teremos que contar em pingos?

2. Geografia e Gênero na Amazônia: onde esteve e como está?

Historicamente, a Geografia incorporou a categoria de Gênero gradualmente em suas análises, ao prosseguir dos seus desdobramentos teóricos, contudo, nas últimas décadas, discussões sobre interações sociais em diversos espaços e escalas vêm acompanhando as análises geográficas, especialmente no contexto amazônico, como se pretende apresentar nesta seção.

A importância dessa abordagem na Geografia brasileira se consolida entre as décadas de 1970 e 1980, quando o campo das ciências sociais passa a integrar questões antes negligenciadas, como gênero, raça e classe, sendo Rosa Ester Rossini uma pioneira para este campo da geografia no Brasil, como corroboram Silva e Ornat (2016).

A Geografia Feminista ganha força no contexto anglo-saxão, com estudos que questionam a ausência de gênero como categoria de análise, propondo uma crítica aos espaços público e privado e como os mesmos são influenciados por normas de gênero (MASSEY, 1994). Influenciadas decisivamente pela corrente feminista, as pesquisas tornam mais evidentes as vivências e identidades de gênero impactadas por dinâmicas espaciais complexas, marcadas por fatores culturais, econômicos, sociais e ambientais.

No campo geográfico, a perspectiva feminista introduziu metodologias e teorias que abordam o espaço de forma mais crítica e inclusiva, compreendendo o gênero como essencial para a organização das relações sociais e espaciais. Dessa forma, gênero torna-se uma categoria central para a compreensão da sociedade e do território, como defendem diversas autoras, entre elas: Silva (2007), Rossini (2008) e Moreira (2022), que, ao apresentar conjunturas da Geografia de gênero atreladas a outras abordagens, fornecem subsídios importantes para situar este movimento.

Inicialmente, destaca-se que, enquanto categoria de análise, gênero amplia o entendimento de identidade e permite assimilar um sistema de relações sociais e de dinâmicas de poder entre os sexos, pondo à prova a noção de fixidade quanto aos papéis de gênero ao longo da história (SCOTT, 1995). Além disso, deve “(...) descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. (...) tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais (SCOTT, 1995, p. 22). Nessa compreensão do conceito/categoria de gênero, é importante salientar que “a geografia de gênero não é ‘Geografia das ou de mulheres’, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista” (SILVA, 1998, p. 107).

A Geografia Feminista se consolida como área de investigação sobre espaço e gênero, questionando aspectos que marcam territórios e relações de desigualdade entre sujeitos sociais. A expansão desse campo no Brasil aprofundou discussões sobre relações de gênero constituídas no espaço e como essas práticas reproduzem assimetrias socioespaciais. No entanto, a expansão desse campo foi provocada pela ausência do discurso geográfico em questões como “planejamento ur-

bano e gênero, as questões de gênero nas lutas do Movimento dos Sem Terra, cruzamentos entre gênero, raça e uma feminização da pobreza, migrações nacionais e internacionais” (ORNAT, 2008, p. 313). Além da relação mulheres e trabalho, há muito desenvolvido na Geografia, temas como criminalidade, violência e gênero foram aprofundados, na década de 1990, pelas/os professoras/es:

Antônia dos Santos Garcia (Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil), Antonio Thomaz Júnior (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil), Benhur Pinós da Costa (Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil), Carmen Regina Dorneles Nogueira (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil), Doralice Barros Pereira (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil), Elizeu Ribeiro Lira (Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil), Ivana Maria Nicola Lopes (Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil), Jones Dari Goettert (Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil), Joseli Maria Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil), Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa (Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil), Martha Johanna Haug (Faculdades Integradas Cândido Rondon, UNIRONDON, Brasil), Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo, USP, Brasil), Sonia Alves Calió (Universidade de Uberaba, UNIUBE, Brasil), Sueli Andruccioli Felix (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil) e Susana Maria Veleda da Silva (Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil). (ORNAT, 2008, p. 313)

Apesar de reduzido, esse grupo conseguiu imprimir relevância às temáticas de gênero acrescentando pesquisas geográficas relacionadas à migração, identidades políticas, população e aspectos econômicos. Na década de 1990, incorporar as discussões sobre gênero e espaço à Geografia permitiu compreender as relações de poder que questionam o foco tradicional das estruturas sociais, expandindo o campo para uma abordagem interseccional na qual diferentes experiências de grupos marginalizados passaram a compor o arcabouço geográfico (KOFMAN; PEAKE, 1990).

A consolidação de gênero como categoria de análise é marcada pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Beijing, onde foram discutidos os avanços obtidos nas conferências anteriores, realizadas em 1975, 1980 e 1985. Ao reconhecer a então necessidade de mudança do foco da mulher para o papel dos indivíduos nas estruturas sociais, o conceito de gênero valida os direitos das mulheres como direitos humanos e reforça ao interesse global a ideia de igualdade de gênero. Assim, a conferência estimulou a geografia brasileira a incluir essa perspectiva às análises espaciais, tanto do ponto de vista teórico, a exemplo das concepções feministas e *queer*, quanto pelo sentido metodológico, considerando também nas experiências de pesquisa de campo aspectos como corporeidade e suas implicações na construção do conhecimento científico (SILVA, 1998).

Na década de 2000, a intersecção Geografia e Gênero passa a integrar os programas de pós-graduação no Brasil, mesmo que timidamente, incluindo a formação de grupos de pesquisa que se conectam a categorias como raça e classe. Entre 2010 e 2020, as discussões amadureceram significativamente, marcadas pela abordagem interseccional e pelo abandono da neutralidade científica em direção aos processos de identificação, diferenciação e especificidades das relações de gênero e espaço.

Para Moreira (2022, p. 194) “os primeiros estudos que incorporaram a perspectiva de gênero na Geografia demonstraram suas origens políticas e evidenciaram questões relacionadas à desigualdade do *status* da mulher na sociedade e na ciência geográfica”. Aliados aos movimentos de luta por direitos, esses estudos utilizam gênero como categoria primeiro para explicar as relações de poder na produção do espaço, e segundo, para entender as condições de subalternidade entre espaços, poderes e sujeitos. Assim, associações e movimentos coletivos atribuíram sentido polissêmico por meio das definições aplicadas ao conceito de gênero no campo geográfico.

Atualmente, as pesquisas centram-se no entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas no contexto brasileiro circunscrito por desigualdade de gênero, raça e classe. Enfatizam as análises geográficas críticas que encerram as experiências de grupos historicamente marginalizados, retrato desse tipo de produção é o dossiê “Gênero e Geografia: Diálogos e Desafios”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), que traz uma série de artigos que refletem as contribuições e as interseções entre os estudos de gênero e a Geografia. Os artigos do dossiê aprofundam a discussão sobre interseccionalidade, conceito central nas pesquisas atuais de gênero, ao abordar como diferentes formas de opressão – como aquelas ligadas à raça, classe e à LGBTQIAP+ – se entrelaçam e impactam as experiências de sujeitos em múltiplos contextos.

A inclusão da interseccionalidade possibilita análises mais complexas sobre as realidades experienciadas sob os contornos culturais, econômicos e sociais. Rodin (2021) apresenta uma análise interseccional dos impactos da cadeia petrolífera sobre as mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, na Baía de Todos os Santos, Salvador–BA. O trabalho analisa como essas mulheres, pertencentes a comunidades tradicionais, são afetadas pela ocupação de seu território e pela exploração ambiental forçada pelo setor petrolífero. A perspectiva interseccional revela como as dinâmicas de poder e de exploração afetam desproporcionalmente as mulheres em comparação a outros grupos, destacando as formas complexas de opressão que atravessam a vida dessas mulheres e ampliam a compreensão dos impactos do capital globalizado sobre os corpos e territórios racializados e marginalizados.

O dossiê também abrange a análise das mobilidades e das territorialidades femininas. As pesquisas abordam como as mulheres experienciam o espaço urbano e rural distintamente, considerando questões de segurança, acesso a serviços, lazer, saúde e a divisão do trabalho. Tais análises fundamentam a compreensão das dinâmicas de gênero nas cidades, revelando como as estruturas sociais e as políticas públicas podem ser otimizadas para garantir a segurança e o bem-estar de sujeitos historicamente invisibilizados ou subalternizados.

Manzi e Anjos (2021) destacam que as dinâmicas de territorialidade vividas por mulheres negras no Brasil encontram no corpo, na casa e na cidade, espaços de construção e afirmação identitária e de resistência. Entendem estar na relação entre gênero e raça formas de desejo e ocupação que moldam territorialidades negras em contextos urbanos de desigualdades explícitas. Mesmo que frequentemente objetificado e controlado socialmente, o corpo também constitui um território de resistência e expressão cultural. No espaço doméstico, a casa assume um local de proteção, reconstrução identitária e de autonomia, enquanto a cidade representa desafios e segregações, sendo um cenário de luta e reivindicação por direitos. Ao articular essas diferentes escalas de territorialidade – corpo, casa e cidade –, Manzi e Anjos (2021) evidenciam como as mulheres negras constroem estratégias de sobrevivência e resistência frente ao racismo e ao sexismo, tornando esses territórios espaços ativos de transformação social.

Outra contribuição significativa situa-se no campo das políticas públicas, destacando a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano. Analisando a relação entre planejamento urbano, violência de gênero e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, Monteiro (2021) discute como as políticas de segurança pública e o próprio urbanismo impactam desproporcionalmente a vida das mulheres, especialmente em contextos de violência cotidiana e segregação espacial. A autora argumenta que o planejamento urbano no Rio de Janeiro ignora frequentemente as especificidades das experiências femininas em espaços públicos e privados, representando um ambiente urbano cujos riscos para mulheres se intensificam. Questões como a militarização das favelas e o policiamento ostensivo criam uma ‘guerra dos homens’, uma lógica de segurança que não considera a vulnerabilidade específica das mulheres ou as estruturas que criam situações de vulnerabilidade e vitimização. A autora destaca como as mulheres adaptam suas rotinas e restringem seus deslocamentos para aplacar os riscos de violência, expondo a falta de políticas urbanas que promovam um ambiente seguro e inclusivo para elas.

O dossiê ressalta também os desafios existentes na interseção entre Geografia e Gênero. Embora avanços significativos tenham ocorrido, ainda persistem resistências à inclusão de uma perspectiva de gênero em muitos campos da Geografia e em disciplinas correlatas. As/os autoras/es enfatizam a importância em promover diálogos contínuos e interdisciplinares que reúnam contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, Antropologia e Estudos Culturais, à análise geográfica, conforme ilustra o próprio dossiê.

Esta breve contextualização do movimento teórico-metodológico na ciência geográfica do último século, serve para situar, em relação a outras abordagens na Geografia, que as discussões sobre gênero, sexualidades e interseccionalidades já contam com uma base significativa, nacional e internacional, para subsidiar pesquisas nesse campo. Esse avanço contrasta com as lacunas teóricas que existiam no início dos estudos de gênero na Amazônia, como os promovidos pelo GEPEM³. Vale lembrar, no entanto, que nas décadas de 1970 e 1980, a geografia de gênero no Brasil também estava em fase inicial, com recursos teóricos ainda limitados, em um processo cumulativo e gradual que permitiu o desenvolvimento dos arranjos atuais.

Na tentativa de realizar uma historiografia da Geografia da UFPA (Campus Belém), é importante lembrar de Eidorfe Moreira, um professor e pesquisador significativo da Geografia amazônica e paraense. Em sua obra “Ideias para uma concepção geográfica da vida”, publicada em 1960, ele aborda a “Função geográfica da mulher” em um capítulo que propõe uma leitura geográfica tendo a mulher como um foco de análise, desafiando, de certa forma, a tendência de neutralidade, homogeneidade e assexualidade que obscurecem muitas vezes as formas de compreender o espaço.

No contexto da Geografia paraense e da UFPA, conforme enfatizado neste artigo, é importante destacar que, até o momento, foram encontrados trabalhos pontuais de conclusão de curso⁴ da Geografia (licenciatura e bacharelado) no Campus Belém que tratam das questões de gênero na abordagem geográfica. Um deles, é o trabalho de conclusão de curso do geógrafo Almeida (2020), intitulado “Território e Opressão: a segregação de sujeitos LGBTs na cidade de Belém-PA”, de-

³ “A produção científica, no período 1980/1986, sobre a temática da mulher era incipiente, embora as pesquisadoras envolvidas com o assunto estimulassem seus/suas alunos/as para elaborarem os trabalhos finais de curso na trilha de suas pesquisas. O procedimento metodológico para a efetivação desses estudos conduziu à valorização de análises antropológicas e sociológicas e à recuperação de documentos. Isso permitiu diversificar fontes, entre as outras áreas, antes somente valorizadas no campo da História” (ÁLVARES, 2010, p. 9).

⁴ Busca realizada na Biblioteca Digital de Monografias da UFPA.

fendido no ano de 2020. Ainda assim, o discente foi desencorajado a realizar tal pesquisa sob a alegação que o tema nada tinha a ver com a geografia.

Recentemente preocupou-se em empregar uma abordagem metodológica nos estudos de gênero na Geografia da UFPA que combinassem técnicas qualitativas, como entrevistas e observação participante, com análises cartográficas e etnográficas – metodologias amplamente utilizadas pela Geografia. Os trabalhos de campo, entrevistas com coletivos e representantes locais, diários de campo e análise reflexiva, contrapartidas e mapeamento participativo são técnicas elaboradas em pesquisas geográficas simétricas às pesquisas sobre gênero. Quanto à percepção e uso do espaço, por exemplo, o mapeamento participativo pode revelar as dinâmicas de mobilidade ligadas a questões de gênero.

Estamos começando a observar uma nova realidade no âmbito da pós-graduação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA, onde os produtos de pesquisa gerados começam a incorporar o gênero como um enfoque de análise. Como marco inicial das pesquisas de dissertação desenvolvidas no âmbito do GT GGEAMA, Lisboa (2024) defendeu, em 2023, o trabalho intitulado “A gente não usa mais água como usava antes: impactos da UHE Tucuruí na vida das mulheres atingidas por barragens”, tornando-se a primeira integrante do grupo a concluir sua pesquisa. Em 2024, Sousa (2024), também integrante do GT GGEAMA e do LED-TAM (Laboratório de Dinâmicas Territoriais da Amazônia), apresentou sua dissertação intitulada “Entre hidrelétrica e o reassentamento: vidas em transformação — um estudo sobre mulheres no reassentamento Laranjeiras-Altamira-PA”. Ambos os trabalhos destacam-se por abordar as transformações socioambientais e os impactos na vida das mulheres na Amazônia, contribuindo para a discussão sobre gênero, território e justiça socioambiental na região.

Esse movimento inicial de afirmações de uma Geografia de Gênero paraense é significativo e se conecta ao relato da Professora Maria Luzia Álvares (2010) sobre as necessidades de subsídio teórico nos debates das décadas de 1970 e 1980. É importante destacar que, no âmbito de uma Geografia de Gênero amazônica, existem nomes e grupos importantes que contribuem para fortalecer esse movimento. Entre eles, destaca-se a Professora Maria das Graças Silva Nascimento, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (Gepgênero), pela Universidade Federal de Rondônia, fundado em 2000, e o Professor Wallace Rodrigues Pantoja, vinculado ao Núcleo de Gênero e Diversidade (NEGED), no Instituto Federal do Pará (Campus Belém). Mas, tratando-se de UFPA Campus Belém, existia um vácuo, silenciado e trajado de inúmeras camadas históricas de silenciamentos que ainda estamos buscando compreender e enfrentar a partir da organização do GT GGEAMA.

Diante do percurso apresentado nesta seção, que ainda não alcança algumas nuances que poderiam desdobrar outras discussões importantes para o reconhecimento da história das Geografias na UFPA, é relevante revisitar o próprio GT GGEAMA, criado em 2022.

O GGEAMA/UFPA é fruto de uma necessidade teórica, metodológica e política. Uma necessidade teórica, porque temos a urgência em produzir e sistematizar conhecimento científico acerca da categoria gênero na abordagem geográfica, no âmbito da faculdade e programa de pós-graduação em Geografia da UFPA. Buscando entender, reconhecer e potencializar o protagonismo das mulheres na construção de uma geografia viva e encarnada. Para isso, é preciso fazer pesquisa, incentivar os estudos, as reflexões e os debates sobre a temática.

Uma necessidade metodológica, porque as ferramentas utilizadas nas pesquisas geográficas, na maioria, qualitativas e críticas, permitem que elas possam ser bem apropriadas para a construção

e abordagem de gênero na leitura, produção e interpretação do espaço. Como investigamos, as nossas abordagens metodológicas precisam nos ajudar a entender e a desvelar uma determinada realidade e não a engessar, invisibilizando as mulheres, processos e relações de poder existentes.

Uma necessidade política, porque a luta contra as estruturas patriarcais, base do sistema capitalista, que gera opressões e violências de todo tipo contra as mulheres, produzindo hierarquizações, diferenciações e desigualdades, precisa ser destruído em todos os lugares, inclusive na universidade, *locus* da produção da ciência. Assim, a geografia feminista nos interpela a não aceitar uma ciência que esconde as mulheres e as diversidades de identidade de gênero no âmbito da sua formação e composição. Reafirmamos que a geografia se faz com pessoas reais, concretas, históricas, mediadas por relações de poder, classe, raça e gênero.

Nessa perspectiva, o GGEAMA visa construir espaços formativos permanentes, organizando encontros mensais para estudo e aprofundamento de temas, incentiva a produção de TCC, dissertações e teses que desenvolvam estudos que articulem Geografia e gênero. Integrando pesquisadores/as em formação no âmbito da Geografia de várias instituições públicas do Estado do Pará, como a UFOPA, UNIFESSPA, UEPA e IFPA.

As experiências de produção de investigação estão nos ensinando novos caminhos metodológicos na abordagem geográfica tendo as mulheres como elemento central na reprodução do espaço. Perspectivas teórico-metodológicas que consideram o corpo como escala, o corpo-território, o espaço plural e não homogêneo, uma geografia corporificada interseccionada por relações de classe, raça e gênero, tem permitido e criado ânimo e esforço coletivo de investigação e produção de conhecimento, no âmbito do GT. Tais pesquisas visam ampliar o debate acadêmico sobre realidades de gênero, sobretudo, para construir políticas inclusivas e participativas,

Este grupo tem acompanhado, de maneira direta e indireta, as análises e reflexões contidas neste texto. A atuação do GGEAMA contribui significativamente para o entendimento e a valorização das questões de gênero e suas interseccionalidades na Geografia, ampliando o diálogo sobre as especificidades da realidade amazônica e fortalecendo a construção de saberes que visam à transformação social.

3. Entre (Re)Encontros se Faz a Dúvida e a Re-Descoberta

O nome da Professora Albertina Fortuna de Oliveira é retomado para iniciar esta seção, pois através dela pôde-se contatar outros docentes do atual quadro da Geografia da UFPA para buscar relatos, em oralidade, sobre a possibilidade de termos tido o mínimo resquício do debate de gênero em alguma Geografia perdida no tempo e no espaço. Até mesmo o contato ou busca pela própria Professora Albertina ainda faz parte de um processo delicado de contato com outros demais docentes aposentados, seja em vida ou em memória.

Na busca por compreender a ausência da Geografia nos movimentos que envolvem gênero, feminismo, mulheres e outras pautas organizadas pelo GEPEM no contexto institucional do IFCH, evidencia-se a existência de um “nó” epistemológico no âmbito geográfico, imposto pelo caráter hegemônico, ocidental e colonizador, entre outras amarras que protegem e mascaram a diversidade de perspectivas e experiências na construção do conhecimento geográfico. Esse obstáculo não se restringe apenas à Geografia na UFPA, se fazendo presente em outras geografias para além da Amazônia. Silva e Ornat (2016, p. 213) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que

“discutir gênero na Geografia brasileira é, até os dias atuais, uma difícil tarefa. A academia não está imune à formação cultural que coloca as mulheres em situação de invisibilidade geográfica”.

Atualmente, o corpo docente do curso de Geografia da UFPA (Campus Belém) conta com quinze homens e sete mulheres, refletindo uma composição de gênero que pode servir como ponto de partida para análises sobre representatividade e questões de gênero na academia. Destaca-se, ainda, que duas professoras e um professor deste mesmo quadro docente têm se dedicado a abrir caminhos para pesquisas, orientando e produzindo trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos, contribuindo para o fortalecimento do campo acadêmico.

Em resposta aos questionamentos que nos alcançaram e motivaram a construção deste artigo – que, em certa medida, também se configura como um relato para contextualizar momentos históricos da Geografia à luz dos movimentos orientados pelo GEPEM –, tornou-se necessário revisitar memórias. Esse exercício de resgate não apenas contribui para entender as origens e limitações das abordagens geográficas voltadas para gênero e feminismo, como também reconhecer o papel pioneiro que o GEPEM exerceu em impulsionar discussões fundamentais no contexto da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três décadas de atuação do GEPEM, suas contribuições foram essenciais para o fortalecimento das pautas de gênero e feministas na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, mais amplamente, na Amazônia. Esse grupo destacou-se como um grupo de resistência e de articulação entre a academia e os movimentos sociais locais, respondendo às demandas sociais e culturais da cidade e região. Contudo, é evidente que a trajetória da Geografia na UFPA não acompanhou de forma integrada esse diálogo, especialmente ao desconsiderar a intersecção entre gênero e as categorias geográficas. A ausência de aproximações com o GEPEM ao longo de muitos anos ressalta a necessidade de ampliar o compromisso dessa ciência com as questões de gênero, promovendo uma abordagem mais inclusiva e sensível às dinâmicas sociais e territoriais corporificadas.

Refletir sobre o distanciamento que marca a relação entre a Geografia da UFPA e o GEPEM tensiona o papel das abordagens geográficas na formação crítica do conhecimento científico e nas lutas por justiça e por equidade que se fazem necessárias também para docentes e discentes na Geografia. O recente surgimento de pesquisas dedicadas a discutir questões de gênero e o Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia, ambos no âmbito da UFPA, indica um passo positivo à produção geográfica na Amazônia.

Em 70 anos de ciência geográfica paraense, o primeiro movimento de ir ao encontro do GEPEM marca um momento significativo, ainda que ele ocorra para refletir sobre as lacunas e ausências nessa trajetória. Esse encontro é válido, pois revela a necessidade de compreender quais geografias se construíram ao longo dessas sete décadas e quais abordagens ficaram invisibilizadas. É uma oportunidade para avaliar o caminho percorrido, identificar as limitações e, a partir disso, fortalecer um compromisso com pautas que contemplem as interseções entre gênero e território na ciência geográfica da região.

Ao incorporar uma perspectiva interseccional, a Geografia abre possibilidades para abordar as desigualdades socioespaciais de forma mais eficaz e contribui para uma academia que valoriza e inclui a multiplicidade de sujeitos que produzem e reproduzem o espaço, bem como suas estru-

turas, objetos e desejos. Tal inclusão fortalece o campo acadêmico e a sociedade por promover o desenvolvimento de análises e políticas mais justas e representativas das realidades locais. Assim, este texto encerra-se com um agradecimento à contribuição do GEPEM: obrigada, GEPEM, pela inspiração e pelos caminhos abertos para a Geografia da UFPA.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, p. 73 – 100, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13165/9113>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. *Revista do Nufên*, v. 02, n. 01, p. 88–100, 2010. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v2n1/a07.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Ormindia e Eneida nos contextos nacional e internacional*. Triplov.com, 2006. Disponível em: <http://triplov.com/Venda_das_Raparigas/Luzia_Alvares/Eneida_de_Morais.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

ALMEIDA, Eziel Duarte de. *Território e opressão: a segregação de sujeitos LGBTs na cidade de Belém*. 2020. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. Into the 1990s: a gendered agenda for political geography. *Political Geography Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 313 – 336, 1990.

LISBOA, Marília Geovana de Oliveira. *“A gente não usa mais água como usava antes”: impactos da UHE Tucuruí na vida das mulheres atingidas por barragens*. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos . O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6642>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MASSEY, Doreen. *Space, Place, and Gender*. University of Minnesota Press, 1994.

MONTEIRO, Poliana. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, p. 1 – 28, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202131. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6633>>. Acesso em: 31 out. 2024.

- MOREIRA, Eidorfe. Ideias para uma concepção geográfica da vida. In: MOREIRA, Eidorfe. (Org.). *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: CEJUP (vol. II), 1989 [1960].
- MOREIRA, Ozileide. O Gênero para a Geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. *Revista Da Anpege*. v. 18. n. ° 36, p. 183 – 206, 2022. DOI [10.5418/ra2022.v18i36.13293](https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.13293).
- OLIVEIRA, Tatiana. O que há de novo nos novos feminismos? Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.
- ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.2. n. 2, p. 309 – 322, 2008.
- RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, p. 1 – 27, 2021. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt). Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6743>>. Acesso em: 30 out. 2024.
- RODRIGUES, Bárbara Leal. Elmira Lima – na imprensa e na literatura pela propagação do espiritismo (Belém–PA, 1912–1937). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 26., 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH-SP, 2022. Disponível em: <<https://www.encontro2022.sp.anpuh.org/anais>>. Acesso em 15 out. 2024.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto — São Paulo-Brasil, 1977 – 2008. *Revista Latino americana de Geografia e Gênero*, v. 1, p. 121- 133, 2008.
- SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99, 1995.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- SILVA, Susana Maria Velela da. Geografia e gênero / geografia feminista - o que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212–219, 2016.
- SOUSA, Josenilda. *Entre a hidrelétrica e o reassentamento: vidas em transformação — um estudo sobre mulheres no reassentamento Laranjeiras em Altamira-PA*. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.
- SPÓSITO, Maria Encarnação. Prefácio. In: CLAUDINO, Guilherme dos Santos; PAULA, Larissa Araújo Coutinho de; MARES, Rizia Mendes (Org.). *As geografias na história do pensamento geográfico: uma breve introdução*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024. p. 17-24.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). *Criação e Gestores*. Publicado em: 03 jul. 2019. Disponível em: <<https://ifch.ufpa.br/index.php/memoria>>. Acesso em: 1 fev. 2025.